

■ FUNDO REFORÇA COMPROMISSO

Garantias do Angola Investe pagas aos bancos

Os **pendentes** gerados pela operacionalização das garantias cedidas aos bancos no quadro do Angola Investe estão liquidados quase na totalidade, resultado do compromisso assumido pelo Fundo de Garantia de Crédito (FGC) e os parceiros operadores.

De acordo com uma nota recente a clarificar a opinião pública sobre eventuais não pagamentos a bancos operadores, o Fundo de Garantia de Crédito (FGC) assume ter tido um conjunto de operações pendentes, relativas aos exercícios anteriores.

Consciente desta realidade, explica no documento enviado às redacções, o actual Conselho de Administração elaborou e implementou um rigoroso Plano de Saneamento e Regularização de Operações avaliado em 30 mil milhões de kwanzas para o triénio 2023/2025.

O plano tem vindo a ser executado de forma consistente e estabeleceu como meta a liquidação de 10 mil milhões de kwanzas/ano para fazer face às garantias accionadas.

OFGC afirma ter concluído as obrigações com os bancos comerciais que tinham operações pendentes, excepto com os bancos BIC e o Sol, por atraso das respostas à manifestação do Fundo.

Entretanto, explicam, com o Banco BIC chegou-se ao acordo de liquidação de dívida no dia 17 de Dezembro de 2025.

“Com base no acordo fechado com a Comissão Executiva deste banco parceiro, os pagamentos deveriam ser concluídos até Abril de 2026. Entretanto, face à programação de tesouraria, as partes concordaram em estender esse prazo para até Setembro do ano em curso. A primeira tranche foi liquidada a 23 de Fevereiro passado, um dia antes da realização da conferência em causa”, lê-se.

O Fundo assegura que o cronograma está a ser cum-

30

MIL MILHÕES

É o valor assumido pelo FGC a liquidar no quadro dos atrasados identificados com parceiros

prido de forma gradual, ordenada e sustentável conforme o compromisso assumido pela instituição.

O processo é conduzido com base em critérios técnicos, de transparência e de respeito pelos procedimentos legais e orçamentais aplicáveis.

Relativamente ao pagamento de juros de compensação do crédito concedido no âmbito do Programa Angola Investe, o Fundo de Garantia de Crédito (FGC) aponta não ser esta temática de sua responsabilidade.

Conforme declaração emitida, o FGC promete continuar a trabalhar com dedicação e profissionalismo para cumprir a missão institucional, com a garantia de regularização de todos os compromissos dentro das possibilidades legais e orçamentais, e contribuir activamente para o crescimento sustentável da economia nacional.

O Fundo de Garantia de Crédito (FGC) foi criado por Decreto Presidencial a 4 de Maio de 2012. A sua acção visa facilitar o acesso ao Crédito/Financiamento. A função da instituição é também facilitar o acesso ao crédito bancário por parte das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME), através da concessão de garantias públicas.

A função das garantias é, sobretudo, acelerar a produtividade dos diferentes projectos e está em linha com as prioridades do Governo de diversificação da economia. Sectores primários, da economia real, gozam de prioridade na acção do fundo público.

■ ACTIVIDADE DE CONSTATAÇÃO E APOIO DO MIREMPET

Petróleo e Minas com foco na redução dos impactos negativos ao ambiente

Ministro Diamantino Azevedo trabalhou em Icolo e Bengo para radiografar projectos na localidade e assegurou a adopção das melhores práticas por todos os operadores

Roque Silva / Cabiri

O **ministro** dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás, Diamantino Azevedo, reafirmou, ontem, no Icolo e Bengo, o empenho do Executivo na adopção de medidas para reduzir os índices dos impactos ambientais negativos.

Diamantino Azevedo, que falava durante uma visita de trabalho e avaliação do sector Mineiro na província do Icolo e Bengo, disse que já estão em curso no país as melhores metodologias para mitigação dos impactos.

Segundo o governante, essas acções têm sido uma realidade nas minas de exploração de minerais e plataformas petrolíferas, durante os trabalhos de prospecção, extracção, transformação, armazenamento e distribuição.

A título de exemplo, disse, actualmente a actividade de captura de carbono mais moderna no mundo do ponto de vista da eficiência é realizada por uma plataforma que actua em Angola.

Diamantino Azevedo frisou que a sustentabilidade da referida plataforma, dedicada desde Setembro à produção, armazenamento e escoamento de petróleo demonstra o esforço do Executivo para



Iniciativas e trabalhos no sector Mineiro na província do Icolo e Bengo foram visitados

minimizar os impactos ambientais negativos.

“Apesar da impossibilidade do uso de recursos minerais sem impactos ambientais negativos, temos tentado cada vez mais reduzir os índices de poluição”, disse.

■ Nova plataforma em 2028

Uma plataforma petrolífera está em construção, no bloco 21, zona marítima do município de Cabo Ledo, província do Icolo e Bengo, anunciou o ministro dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás.

2

ANOS

Prazo estipulado para a colocação à disposição do mercado de uma Plataforma petrolífera em construção no Cabo Ledo

Diamantino Azevedo revelou que os primeiros resultados da exploração do projecto vão estar à disposição do mercado em 2028. A plataforma, disse, vai

operar com um sistema moderno de redução dos níveis de poluição.

O ministro sublinhou que Angola é dos poucos países em que as multinacionais do sector Petrolífero não abandonaram o seu território, apesar do contexto de descoberta frequente deste conteúdo em vários territórios independentes.

Diamantino Azevedo realçou, por outro lado, o regresso e a aposta de outras empresas estrangeiras na actividade petrolífera no país.

■ FÓRUM “SUSTENTABILIDADE E ECONOMIA AZUL”

Sector Pesqueiro dá prioridade à transformação local e empregos

Isaque Lourenço

A **transformação** local dos recursos pesqueiros capturados nos mares e rios angolanos, bem como a mobilização de investimentos para a criação de empregos qualificados para os jovens figuram entre os principais desafios e prioridades assumidos pelo sector no âmbito da Agenda 2030.

O secretário de Estado para as Pescas e Recursos Marinhos, Álvaro dos Santos, disse que o Governo tem identificado os desafios e quer a participação activa das comunidades nas soluções propostas.

O governante interveio, em representação da ministra das Pescas e Recursos Marinhos, Carmen Neto, na abertura da V edição da conferência SINERGIA - “Sustentabilidade e Economia Azul”, realizada, recente-



Governo pretende ver maior valorização dos pescadores

mente, em Luanda.

Na oportunidade, assumiu de forma clara não existir sustentabilidade sem economia e que, desde logo, a grande missão passa por transformar os recursos em valor económico interno, através do investimento em mais e melhores infra-estruturas.

Insistiu na mobilização e envolvimento das comuni-

dades como parte inseparável da estratégia dos operadores públicos e privados.

De acordo com Álvaro da Cunha, a economia azul deve ser encarada como um pilar estratégico do desenvolvimento sustentável e pelo seu potencial reforçar-se o posicionamento de Angola na região Austral.

Uma economia azul mais

3

VECTORES

Governo aponta como foco uma economia azul mais resiliente, sustentável e competitiva

resiliente, sustentável e competitiva continua a ser o foco das autoridades do Governo.

Por isso, referiu o secretário de Estado das Pescas e Recursos Marinhos, o futuro do mar é uma decisão que se constrói com visão responsável e compromisso colectivo.

A V conferência SINERGIA - Sustentabilidade e Economia Azul foi uma iniciativa da ARC Consultoria e Comunicação e contou com a participação por videoconferência do Presidente da República de Cabo Verde. José Maria das Neves partilhou experiências do seu país e em como o tema da sustentabilidade e da economia azul mobiliza a nação, que já projecta a inserção de conteúdos deste segmento no currículo escolar a partir do ensino básico.



Administração do PCA Luzayadio Simba assume prioridades